

Presidente moçambicano e líder da Renamo ^{Séc. 3b.} 6/9/93

terminaram cimeira e assinaram acordo em Maputo

Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinaram sexta-feira o documento sobre a reintegração na Administração do Estado das zonas sob controlo da Renamo e que prevê a fiscalização da Polícia pela ONU até às eleições gerais, previstas para 1994.

O «documento final» da cimeira entre o presidente moçambicano e o líder da Renamo é o resultado de quase duas semanas de

conversações entre ambos, a sós ou com a participação dos governadores provinciais e representantes provinciais e representantes do movimento armado, membros do Governo e dirigentes da Renamo.

De fora ficou o terceiro ponto de discussão anunciado oficialmente no começo da cimeira — a Comunicação Social —, por não ter havido «consenso», explicou Chissano, na Con-

ferência de Imprensa conjunta que se seguiu à cerimónia de assinatura.

O líder da oposição armada considerou que a Comunicação Social estatal não é livre nem os jornalistas são independentes e, exemplificando, queixou-se do tratamento fotográfico que lhe foi dado durante a cimeira pelo quotidiano 'Notícias', órgão oficioso do Governo.

O chefe de Estado mo-

çambicano declarou que o Governo vai de imediato pôr em prática o documento, que prevê a nomeação de três assessores da Renamo por cada um dos dez governadores provinciais do País.

«Não vamos esperar até que resolvamos todos os problemas existentes em Moçambique para começar a implementar as nossas decisões» — afirmou Chissano.

Mas o presidente da Renamo lembrou que não se trata apenas de o seu movimento indicar os assessores e o Governo nomeá-los, estando previsto no documento ora assinado que o Governo disponibilize casas, transportes e «condições de trabalho».

O chefe de Estado moçambicano calculou que a nomeação dos assessores da Resistência Nacional nas províncias irá custar 2,5

mil milhões de meticais (108 mil contos), não sabendo ainda quanto irá ser disponibilizado pelo orçamento de Estado para as zonas do movimento armado.

«Com este trabalho nós esperamos que esteja desbloqueado o processo de implementação do Acordo Geral de Paz», indicou o presidente moçambicano.

Mas o líder da Renamo recusou-se novamente a fazer qualquer previsão sobre quando começará o acantonamento e desmobilização das tropas, ponto essencial do processo de paz para a realização de eleições.

«São princípios para permitir que o acantonamento seja iniciado» — disse Dhlakama referindo-se ao documento assinado.

Chissano, por seu lado, reafirmou que o Governo está pronto a iniciar de imediato o acantonamento.

As linhas gerais do acordo assinado já tinham sido anunciadas na madrugada de quarta-feira, mas a sua passagem à escrita parecer encontrando dificuldades que levaram quase dois dias de negociações.

«Não foi fácil» — reconheceu Dhlakama — comentando às negociações havidas.

O documento apresentado trouxe a novidade de prever o compromisso da parte do Governo de «apre-

sentar uma lista de todo o material de guerra que os polícias possuem».

«Nós queremos que a Polícia seja controlada porque será a única força no País que terá que manter a nossa segurança, após o acantonamento e desmobilização das tropas de ambas as partes», explicou o líder da Renamo.

Dhlakama criticou o equipamento actual da Polícia moçambicana, que 'combateu a Renamo', enunciando uma lista de armamento pesado na posse daquele corpo militarizado.

Mas Chissano, embora reconhecendo que o material não é adequado, negou que a Polícia moçambicana disponha de tanques de guerra e canhões, como dissera o chefe da Renamo.

Nas conversações entre Chissano e Dhlakama, o líder da Renamo levantou também a questão do processo de privatizações em curso e da concessão de áreas de exploração económica nas zonas sob o controlo do seu movimento.

«Neste momento estão a decorrer privatizações que nós não estamos a ver bem, para além de que há pessoas que adquiriram licenças e portanto nós queremos proteger os recursos económicos do nosso País», acrescentou o líder da oposição armada.